



Ofício SG/GAB nº 33/2020

Ref.: ETCM 008710/2020

São Paulo, 14 de dezembro de 2020.

Senhor Presidente

Em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, Título III, Capítulo I, Seção VII, art. 48, parágrafo 5º (da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária), encaminho a Vossa Excelência, os Relatórios de Atividades referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020 (primeiro trimestre) dos setores deste Tribunal, a seguir elencados:

A Sua Excelência o Senhor

MILTON LEITE

Presidente em exercício da Câmara Municipal de São Paulo

Viaduto Jacareí, 100

São Paulo – SP

- **Secretaria Geral (SG)**
- **UT Biblioteca e Documentação (UTBD)**
- **Coordenadoria Processual (Processual)**
- **Assessoria Jurídica de Controle Externo (AJCE)**
- **Comissão de Jurisprudência (Juris)**
- **Gestão das Relações do Trabalho (GRT)**
- **Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC)**
- **Subsecretaria Administrativa (SA)**
 - **Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF)**
 - **Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)**
 - **Coordenadoria Administrativa (CA)**
 - **Comissão de Licitações (Licitações)**
- **Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)**
- **Supervisão Técnica de Saúde (Saúde)**

A partir de do mês de Março de 2020 passamos a vivenciar uma nova realidade, um momento atípico que foi imposto pelo advento da Pandemia do Covid-19.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sem prejuízo das suas atividades constitucionais, buscou adequar-se ao que passou a ser chamado de *novo normal*.

Para tanto, foram editadas portarias, ordens internas e resoluções que disciplinariam o “*modus operandi*” desta Corte de Contas, daquele momento em diante. Passamos a desenvolver nossas atividades por meio de teletrabalho, de maneira a permitir que os trabalhos regulares não sofressem em sua continuidade. Grupos de Trabalho foram formados no intuito de acompanhar e avaliar as ações de enfrentamento do COVID-19, contratos de obras e serviços foram revistos e analisados de forma a observar a sua necessidade, bem como para conter despesas, implementação de atendimentos em formato virtual e o acompanhamento de prazos processuais, excetuados aqueles suspensos preventiva ou temporariamente.

As atividades fiscalizatórias desse Tribunal também foram adequadas de forma a potencializar as auditorias desenvolvidas pela área técnica. Para tanto a utilização das redes informatizadas permitiram o cruzamento de dados de modo a obter com precisão informações importantes para a atuação do controle externo. Parcerias com a Controladoria Geral da União e outros Órgãos para acesso às suas bases de dados permitiram que a atuação deste Tribunal fosse mais abrangente.

A Presidência emitiu ofícios às diversas autoridades públicas municipais para solicitar esclarecimentos ou determinar providências, como consequência dos poderes e prerrogativas constitucionais atribuídos a este Tribunal.

Da mesma forma, foram respondidos ofícios e representações oriundos dessa Egrégia Câmara, prestando informações sobre auditorias realizadas, enviando cópias de documentos solicitados, bem como atendendo a consultas formuladas pelos Nobres Edis, dando, assim, fiel cumprimento à missão constitucionalmente atribuída a esta Corte, como órgão de auxílio do Poder Legislativo Municipal.

Da mesma forma, foram respondidos ofícios e representações oriundos dessa Egrégia Câmara, prestando informações sobre auditorias realizadas, enviando cópias de documentos solicitados, bem como atendendo a consultas formuladas pelos Nobres Edis, dando, assim, fiel cumprimento à missão constitucionalmente atribuída a esta Corte, como órgão de auxílio do Poder Legislativo Municipal.

Os valores das consignações e receitas arrecadadas no período de janeiro, fevereiro e março de 2020 estão discriminados da seguinte maneira:

- 1) valores diversos consignados, a recolher à Prefeitura do Município de São Paulo (honorários de sucumbências, cancelamentos de Restos a Pagar, etc.), totalizando **R\$ 6.446.910,14** (seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e dez reais e quatorze centavos);
- 2) valores consignados pelo Tribunal, destinados ao seu Fundo Especial de Despesas e por este reconhecidos oportunamente como receita orçamentária, nos termos do disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 15.025/09 (rendimentos de aplicações financeiras do Tribunal, taxas por serviços prestados, reembolso de despesas, multas contratuais, etc.), no montante de **R\$ 318.483,28** (trezentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos),

- 3) receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo Fundo Especial de Despesas do TCMSP (permissão onerosa de uso de espaços, rendimentos de aplicações financeiras do próprio Fundo, alienação de bens, etc.), no valor total de **R\$ 282.370,36** (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e setenta reais e trinta e seis centavos), nos termos do disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 15.025/2009.

Por derradeiro, solicito a divulgação deste ofício e dos Relatórios para amplo conhecimento dos Senhores Vereadores.

Ao ensejo, renovo os protestos de elevado apreço e consideração.

JOÃO ANTONIO
Presidente

do processo nº

de

/ /

(a)

Of SG/GAB 33/2020 – Relatório de atividades do TCMSP referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020 (primeiro trimestre)

A

Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP-22

Senhor Supervisor,

Encaminho o expediente em referência, para que seja cadastrado e encaminhado à dta Comissão de Administração Pública.

São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

Rairnundo Batista

Secretário Parlamentar Adjunto